


GIDDENS E HABERMAS: CONTRIBUIÇÕES A UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DE SÍNTESE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-066>

Data de submissão: 08/03/2025

Data de publicação: 08/04/2025

Daniel da Rosa Eslabão

Doutor em Sociologia, Universidade do Porto, Portugal (UP)
Doutorando no programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFil/UFPEL)
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
E-mail: sociologiabrasil@yahoo.com
ORCID: 0000-0002-1866-2606

RESUMO

Este artigo, de cunho teórico e bibliográfico, tem por objetivo analisar e discutir duas das teorias mais relevantes na contemporaneidade no que diz respeito à relação entre *ação* e *estrutura* em sociologia. Confrontaremos, de um lado, a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas com os conceitos de síntese e reflexividade, tal qual elaborada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens. No caso deste último autor, enfatizaremos suas reflexões pertinentes à obra *As consequências da modernidade* (GIDDENS, 1992). Traremos ainda ao debate, subsidiariamente, as contribuições de Ulrich Beck e suas ponderações acerca da sociedade de risco. Como conclusão parcial, entendemos que a síntese entre os constrangimentos estruturais e as ações dos indivíduos pode ser desenvolvida através da reflexividade, ou seja, uma maior consciência dos atores sociais acerca de si e das circunstâncias nas quais estão inseridos.

Palavras-chave: Reflexividade. Ação. Estrutura. Modernidade. Sociologia.

1 INTRODUÇÃO

Saber, se os indivíduos, ao viver em sociedade, são movidos por forças sociais determinantes que ditam seu destino, de modo inexorável, ou se, ao contrário, podemos intervir nos processos históricos nos quais estamos inseridos é uma questão fundante para a ciência da sociologia. A relação ação/estrutura emerge no último meio século como um tema privilegiado para a sociologia contemporânea, muito embora, por vezes, seus termos apareçam com uma diferente nomenclatura, na Europa e na América (Fuchs, 2001). Desde a década de 1970, inúmeros trabalhos são publicados sobre o tema, principalmente por parte de pesquisadores europeus e norte-americanos (RITZER, 2013). Guy Rocher, por exemplo, em um dos seus últimos livros, introdutório ao estudo da Sociologia, divide a matéria em duas grandes áreas denominadas: a ação social e a organização social (ROCHER, 2012) e as apresenta em volumes separados! Dentre os pensadores que recentemente tentaram um esforço de síntese, entre o dualismo extremado, não poderíamos deixar de relacionar: James Coleman (1926–1995) e Pierre Bourdieu (1930–2002). Coleman procura associar as ações humanas no contexto de uma mentalidade racional, cujos fundamentos se encontram nos cânones da economia clássica liberal. Também é digno de nota a construção teórica do francês Pierre Bourdieu (1930–2002), que resgata o conceito escolástico de *habitus*, para explicar como as estruturas da sociedade se manifestam nos indivíduos (BOURDIEU, 2006 e 2011). Contudo, apesar de um período relativamente longo de estudos envolvendo pesquisadores dos dois lados do Atlântico, segundo observa Stephan Fuchs, este debate ainda se encontra sem solução (Fuchs, 2001).

Sobre o tema que elencamos, ganharam relevância, nos últimos anos, as contribuições de dois cientistas europeus, o germânico Jürgen Habermas e o inglês Anthony Giddens. Durante nosso estudo, buscaremos destacar os principais argumentos utilizados pelos autores para dar conta do que se convencionou denominar: teoria de síntese. Ou seja, teorias no campo sociológico que visam compreender, especificamente no quadro da modernidade atual, como é possível aproximar dois campos aparentemente antagônicos da vida social. De um lado, os constrangimentos estruturais, percebidos na teoria clássica, desde Durkheim, e que no contexto daquele autor ganhavam o nome de fato social. O objeto de estudo da sociologia. De outro, a possibilidade de ação e interação dos atores sociais, inclusive em sua capacidade de mudança e transformação das sociedades em que vivem. Antes de nos aprofundarmos nesta seara, é necessário esclarecer alguns conceitos. Iniciaremos pelo básico, ao mostrar, na visão destes teóricos contemporâneos, as noções de ação e estrutura.

De acordo com George Ritzer ação (*action*), em um sentido sociológico, pode ser definida como: “As coisas que as pessoas fazem e que são produtos de processos conscientes” (RITZER, 2013, p. 31). De acordo com o mesmo autor, estrutura (*structure*) pode ser definida,

genericamente, como: “Na sociedade, se refere a interação social padronizada e as relações e interações persistentes” (Ritzer, 2013, p. 72). Embora estes conceitos possam sofrer variações na especificidade das obras de alguns autores. Estas ideias são tão antigas quanto a própria Sociologia e estão presentes na obra dos clássicos fundadores. Na obra de Karl Marx (1818–1883), podemos perceber uma maior ênfase nos processos de ordem macro, bem como nos aspectos objetivos e relacionados às estruturas da sociedade, com ênfase às estruturas políticas e econômicas. Em Émile Durkheim (1858–1917) notamos a preocupação em explicar a questão de como indivíduos isolados constituem estruturas sociais perenes. Já em Max Weber (1864–1920), podemos destacar um interesse especial pela perspectiva do sujeito no processo da ação. Este autor quer saber o porquê, destas ações individuais tomarem determinadas formas e quais suas motivações, e significados subjetivos.

Seguindo o modelo heurístico das tipologias, classifica as ações humanas nos seguintes tipos: racional em relação a valores, racional em relação a fins, afetiva ou emocional e tradicional (Weber, 2005). Vejamos agora como Habermas e Giddens realizam o seu esforço de síntese. Por “esforço de síntese” entendemos a tentativa de harmonizar as perspectivas antagônicas que preconizam uma maior preponderância das estruturas, que impositivamente deixam pouca margem à liberdade dos agentes, com a perspectiva oposta que valoriza em demasia, as capacidades dos agentes em transformar as estruturas da sociedade. Após esta breve explanação, adentraremos no estudo dos autores aos quais pretendemos dedicar nossa análise.

2 HABERMAS E A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO

Jürgen Habermas possui uma longa trajetória intelectual. É considerado um representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, tendo trabalhado nesta instituição sob a orientação de Theodor Adorno (1903–1969). Ao longo de sua trajetória, incorporou uma série de contribuições teóricas, que estariam mais tarde presentes em sua obra. Possuindo uma dupla formação, como filósofo e sociólogo, seus textos deixam transparecer características de ambas as disciplinas. É frequente vê-lo classificado como um neomarxista (RITZER, 2013), muito embora receba influências tão diversas quanto a filosofia da linguagem, a fenomenologia e o pragmatismo. Para não falar de Kant e os pensadores da escola de Frankfurt. Seus escritos despertam o interesse em diferentes campos do saber, desde o Direito e a Educação até a Política, a Comunicação e a Ética.

Vamos agora analisar alguns conceitos e categorias utilizadas por Habermas para construir sua *teoria da ação comunicativa*, que veio a público em 1981. Muito embora, alguns elementos desta

teoria já estivessem presentes em outros escritos, tais como a visão bidimensional da sociedade presente na obra *Técnica e ciência como ideologia* de 1968 (HABERMAS, 2009).

Há no pensamento sociológico habermasiano um primado da comunicação, como um fator essencial e indissociável da própria sociabilidade. A comunicação, para o autor, é anterior mesmo à ideologia e às relações de poder. Este elemento comunicacional será central em sua teoria. Segundo argumenta o autor, a sociedade necessita de que os seres humanos consigam coordenar suas ações. Sem isso, a própria sociedade torna-se inviável. Os processos comunicativos estão na base daquilo que o autor denomina de “mecanismos de coordenação de ações” (HABERMAS, 2010, p. 139). Como solução para os problemas e distorções que percebe nas sociedades modernas propõe o aprimoramento do campo do agir comunicativo, idealizando o que denomina de “situação ideal de fala” (Habermas, 2010, p. 129), na qual aqueles que exercitam os atos comunicativos estão livres das influências e constrangimentos externos, especialmente aquelas emanadas do Sistema. Neste espaço, a comunicação poderia operar de modo livre e plena, tendo como propósito a busca do entendimento entre os falantes (HABERMAS, 2010).

Este entendimento se refere a uma noção pragmática de verdade, entendida como aquilo acordado por uma comunidade comunicativa. Esta ideia também está presente na obra de Karl-Otto Apel (1922–2017), que busca no pragmatismo de Charles Sanders Peirce (1839–1914), as noções pragmatistas de *verdade e comunidade do conhecimento* (APEL, 2000).

Embora saibamos da influência exercida por Apel sobre a obra de Habermas, especialmente através dos seus estudos sobre a ética do discurso, devemos observar que a construção coletiva do conhecimento e do entendimento mútuo como um caminho para a verdade, já estava presente nos diálogos de Platão e na maiêutica socrática. Não é uma ideia nova, mas uma atitude redescoberta e reconsiderada sob novo prisma.

Como vimos anteriormente, o tema da ação social é um elemento teórico relevante no pensamento clássico sociológico. Em sua obra, o pensador frankfurtiano destaca dois tipos de ação, para os quais urge uma distinção. O primeiro tipo por ele elencado se refere a um “modelo estratégico de ação” (HABERMAS, 2010, p.142).

Este é o tipo de ação no qual o ator calcula os meios necessários para obter seus objetivos. Lembramos aqui que modelo semelhante de ação social já aparece na teoria weberiana, sob a forma de ação racional em relação a um fim (*Zweckrational*). Como observa Raymond Aron, em todos os exemplos dados por Weber, a ação racional em relação a fins pode ser “definida pelo fato de o autor conceber claramente o fim e combinar os meios em vistas de o atingir” (ARON, 2007, p. 478). É relevante destacar que Weber também empregará,

em alguns casos, a expressão *Zweckhandlung* ou ação teleológica (WEBER, 2005), termo também empregado pelo ilustre representante tardio da Escola de Frankfurt em inúmeros casos e em sentido semelhante ao weberiano (HABERMAS, 2010, p. 18, 23, 141–2, 150–151, 177, 263, 277–8).

Contudo, Habermas se opõe criticamente ao modelo de ação meramente instrumental, pois este apresenta somente para ilustrar o quanto a obra de Habermas se encontra conectada com limitações já apontada por inúmeros clássicos: “(...) Durkheim, Weber e Parsons chamaram a atenção para o fato de ordens sociais não serem estáveis, de as ordens sociais não poderem assentar a longo prazo exclusivamente sobre correlações de interesses articulados entre si” (HABERMAS, 2010, p. 143).

Demonstrando assim, o quanto o autor consegue adentrar ao campo filosófico, sem se distanciar do sociológico. Habermas distingue a ação teleológica, com vistas à obtenção de um fim, daquela na qual os agentes podem atuar livremente, sem constrangimentos externos e em busca do entendimento mútuo ao invés de propósitos egocêntricos. Esta segunda atitude corresponderia a uma postura ética, condizente com a proposta de um agir comunicativo.

Habermas cultiva uma visão dualista da sociedade humana, para ele dividida em Sistema e “mundo da vida” (*Lebenswelt*). A noção de mundo da vida (em inglês, se utiliza a expressão *lifeworld*), ele retira de Alfred Schütz (1899–1969), que a utiliza para se referir ao mundo do senso comum, do cotidiano, o mundo onde os sujeitos têm o seu lugar e no qual se dá a ação intersubjetiva. Habermas enfatizará este aspecto de intersubjetividade (RITZER, 2013). A sociedade é composta por estas duas dimensões. Uma, a quotidianidade mediana das nossas existências, na qual opera o agir comunicativo, a outra dimensão, sistêmica, engloba aquelas instituições que, embora emanem do mundo da vida, tendem a ganhar maior independência em relação a este. Vejamos como Habermas expõe esta oposição:

Nas sociedades modernas, o desacoplamento entre sistema e o mundo da vida progride, ao ponto de a mera mediação do mundo da vida poder converter-se numa colonização. Os efeitos patológicos ocorrem sempre que imperativos sistêmicos avançam para as áreas centrais da reprodução cultural, da integração social e da socialização (...). Processos de monetarização ou burocratização “transbordantes” causam uma exaustão assimétrica dos potenciais de racionalidade a expensas de recursos de solidariedade social provenientes do mundo da vida (HABERMAS, 2010, p. 22–3).

Neste parágrafo, podemos vislumbrar os conceitos de desacoplamento, como uma disjunção entre as duas esferas que compõem as sociedades. Também observamos a noção de colonização do mundo da vida, outro conceito central para compreendermos as patologias das sociedades modernas,

na visão do autor. Esta visão, exposta aqui pelo autor, se refere a sua teoria da evolução social, que culmina em uma crítica da modernidade, na qual o sistema das sociedades modernas passaria por um aumento da sua complexidade, propiciando um distanciamento crescente do mundo da vida, aumentando o poder e a autossuficiência do Sistema. Vejamos agora como Habermas enceta sua crítica à modernidade e suas patologias, tendo como base alguns elementos da tradição sociológica:

O conceito clássico de modernidade, tal como foi desenvolvido por Weber e Lukács e pela escola de Frankfurt, assenta na contradição abstrata entre uma sociedade disciplinadora e a subjetividade vulnerável do indivíduo. Com a tradução para uma concepção intersubjetivista, este confronto é substituído por processos circulares entre mundos da vida e sistemas. Isso permite uma maior sensibilidade à ambivalência da modernização social (...). As patologias sociais surgem somente no seguimento de uma invasão das relações de troca e regulamentação burocrática nas áreas centrais da comunicação das esferas públicas e privadas do mundo da vida. (HABERMAS, 2010, p. 341).

O termo: *patologias sociais*, Habermas retira da obra de Axel Honneth (1949-), atual diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que em 1994 publicou uma obra com este título. Como podemos perceber, a obra habermasiana permanece dinâmica e em constante atualização. A estes processos de invasão do mundo da vida pela burocracia, racionalização e relações de troca, o autor dá o nome de colonização do mundo da vida.

Pelo que vimos até agora, a Teoria do agir comunicativo engloba diversos elementos teóricos. Considera a sociedade sob um ponto de vista dualista, formada por duas esferas. Uma sistêmica, composta pelas instituições regulamentadoras, tais como o Estado e o Mercado, ou esfera econômica do capitalismo. A outra esfera é o mundo da vida, onde vivem os agentes em sua quotidianidade. O sistema das sociedades modernas tende a se tornar cada vez mais complexo e a expandir sua racionalização. O que torna a esfera sistêmica, ao mesmo tempo, autossuficiente e distante do mundo da vida, de onde se originou. Este processo é denominado de desacoplamento. Desde então, o Sistema passa a colonizar o mundo da vida. Aumenta, assim, sua capacidade de controlar esta esfera, obstaculizando a livre comunicação entre os agentes. Esta racionalização crescente do mundo da vida, imposta pelas forças sistêmicas, pelo especialmente Estado e pelas forças econômicas, gera o desacoplamento entre as duas esferas que compõem as sociedades. Diante desta situação, qual seria a saída apontada por Habermas?

Para Habermas, a solução só pode ser encontrada através do “estabelecimento de processos de formação discursiva de opiniões e de vontades” (HABERMAS, 2010, p. 343). Estes processos, evidentemente, devem contribuir para a construção das situações ideais de fala, anteriormente mencionadas. Como vimos, até o momento, Habermas se posiciona criticamente em relação ao

sistema da sociedade moderna. Vejamos o que este autor tem a nos dizer acerca da reflexividade e como este conceito se insere com o debate sociológico:

(...) a reflexividade pode ser entendida tanto no sentido de uma autoaplicação de mecanismos sistêmicos como no sentido da autorreflexão, isto é, da autopercepção e da ação exercida sobre eles próprios de atores coletivos. Um exemplo da reflexividade no primeiro sentido é a absorção pela economia de mercado de sobrecargas ecológicas produzidas pela economia de mercado. Um exemplo de autorreflexão seria a reintegração dos mercados globalizados por uma influência da política interna mundial (...). Os custos de uma racionalidade sistêmica, desavindas, pelos vistos, somente podem ser mantidos a níveis socialmente comportáveis por uma reflexividade de outra índole, por uma autorreflexão no sentido de uma ação exercida sobre si próprios. A modernidade que avança tem de ser levada adiante com vontade e consciência política. (HABERMAS, 2010, p.343).

Notamos que para Habermas a reflexividade tem dois níveis de efetividade, uma delas opera no nível dos sistemas, outra no nível dos indivíduos. No nível sistêmico, pode se manifestar de dois modos: autoaplicação e autopercepção. Neste caso, se aplica a atores coletivos. Mais adiante, poderemos retomar este tema ao comparar com a apreensão que Giddens faz do termo. Outra nota relevante é a de que no rodapé da página de onde a citação foi retirada, Habermas faz referência direta à obra *Modernização Reflexiva*, publicada em conjunto por Ulrich Beck e Anthony Giddens, nos anos de 1990s. Portanto, conforme podemos verificar, o ilustre tributário da escola de Frankfurt dialoga com o pensamento sociológico contemporâneo.

Tentei neste último parágrafo fazer uma breve síntese da Teoria habermasiana do agir comunicativo. Na seção seguinte, analisaremos como Giddens articula a complexa questão das relações entre Macro e Micro ou ação e estrutura.

3 SÍNTESE E REFLEXIVIDADE

Anthony Giddens é um dos mais importantes sociólogos de nosso tempo, presidiu a *London School of Economics*, nos anos de 1990, onde hoje é professor emérito. Foi assessor do então ministro Tony Blair. Também foi agraciado com inúmeros prêmios e títulos honoríficos. Dentre os quais, o título de Barão e o consagrado prêmio Príncipe de Astúrias para as Ciências Sociais. Notabilizou-se especialmente por seus estudos no campo da Globalização, da Pós-modernidade e das questões ligadas às mudanças climáticas e meio ambiente. Dentre suas inúmeras contribuições ao pensamento sociológico contemporâneo, devemos destacar seu esforço teórico em prol da compreensão das relações ação/estrutura. Nesta seção passaremos a descrever alguns elementos da teoria da estruturação. Teremos como referências principais de nossa análise as obras *Dualidade da estrutura*, bem como: *As consequências da modernidade* (GIDDENS, 2000, 1992). Também analisaremos

outras obras do autor para estabelecer relações entre suas teses e a de Habermas, como também verificar como seus conceitos se relacionam no sistema interno de sua obra.

As consequências da modernidade, é um dos livros, no qual Anthony Giddens apresenta uma série de elementos caracterizadores da alta modernidade, ou modernidade radicalizada, como prefere o autor (GIDDENS, 1992, p. 116–7). Nos termos que coloca o autor, os tempos atuais apontam para a pós-modernidade, que, contudo, ainda não é efetiva. Na modernidade radicalizada, as características do mundo moderno se acirram, em um mundo complexo e cujo futuro se apresenta como uma incerteza. A pós-modernidade é vista como “possíveis transformações para além das instituições da modernidade” (GIDDENS; 1992, p. 116). Para o autor, não estaríamos vivendo a pós-modernidade, mas um momento específico da modernidade radicalizada, portanto, o mundo contemporâneo é o mundo moderno e o pós-moderno somente o horizonte de possibilidades apontadas pelas recentes mudanças nas sociedades. Segundo o autor, haveria quatro dimensões básicas da modernidade: o sistema de vigilância, o capitalismo, o poder militar e o industrialismo. Estas dimensões se relacionam entre si (GIDDENS, 1992, p. 46).

Contudo, o autor também enfatizará outros aspectos da sociedade moderna, na qual, os seres humanos vivem expostos a riscos de diversas naturezas, inclusive aqueles que emanam das próprias condições da modernidade radicalizada, tais como, as: “ameaças e perigos emanados da reflexividade moderna, ameaça de violência humana devido à industrialização da guerra, ameaça de perda de sentido pessoal, derivada da reflexividade da modernidade aplicada ao *agente* (GIDDENS, 1992, p.79). Dentre as consequências mais evidentes da modernidade estaria a própria globalização (GIDDENS, 1992, p. 137). Mas os próprios riscos em nossos dias estariam globalizados. Além do risco de uma guerra nuclear, o autor elenca também a questão dos riscos ambientais. Neste ponto, podemos observar uma similitude entre os pontos de vista de Giddens e de Ulrich Beck, que em sua obra *Sociedade de risco*, escrita no ano de ocorrência do acidente nuclear de Chernobyl. Os autores se aproximam, inclusive na perspectiva de que os riscos aos quais os seres humanos modernos estão expostos transcendem qualquer noção de fronteira geográfica e mesmo de previsibilidade. Neste sentido, o autor nos apresenta a imagem do *Juggernaut* (Jagrená, em português), como uma alegoria dos tempos atuais:

Carro de Jagrená, um engenho descontrolado de enorme potência que, coletivamente, enquanto seres humanos, podemos conduzir até certo ponto, mas que também ameaça fugir ao nosso controle e despedaçar-nos. O carro de Jagrená esmaga aqueles que tentam resistir-lhe, e embora algumas vezes pareça seguir um caminho estável, há ocasiões em que muda erráticamente de rumo em direções que não podemos prever (GIDDENS, 1992, p. 107).

Esta alegoria, empregada pelo autor, sugere uma sensação de incerteza e risco, comum aos tempos atuais. Desde Chernobyl, sabemos que eventos distantes podem nos afetar. Além disso, este exemplo também nos traz a mente a ideia da incerteza em relação ao futuro, pois embora os acontecimentos pareçam seguir uma direção pré-definida, a qualquer momento poderão seguir um rumo errático e imprevisível, alheio a vontade e capacidade de previsão dos atores sociais envolvidos.

Diante deste quadro, que soluções aponta o autor? Ele nos apresenta um quadro geral, denominado de realismo utópico. Este quadro geral de proposições pode ser entendido como opostos aos altos riscos da modernidade: “crescimento do poder totalitário, colapso dos mecanismos de crescimento econômico, conflito nuclear ou situação de guerra em larga escala e degradação ou desastre ecológico” (GIDDENS; 1992, p. 135). O realismo utópico, proposto por Giddens, ao contrário, se caracteriza por uma série de eixos políticos: política da vida (autorrealização), política emancipatória (política da desigualdade), politização local e global. Estes quatro eixos políticos, segundo o autor, poderiam abrir espaço para aquilo que denomina de sistema pós-escassez, também fundada em quatro eixos ou dimensões: “ordem global coordenada, organização econômica socializada, superação da guerra e sistema de preservação ambiental” (GIDDENS; 1992, p. 130). Além destes fatores políticos propostos, Giddens também vislumbra um importante papel para os movimentos sociais, que segundo ele “proporcionam linhas de orientação significativas para potenciais transformações futuras” (GIDDENS, 1992, p. 125). Dentre os inúmeros movimentos sociais existentes em nossos dias, ele procura agregá-los em quatro grandes tipos: “movimentos democráticos, movimentos pacifistas, movimentos operários e movimentos ecológicos” (GIDDENS, 1992, p. 125).

Vejam agora as contribuições deste autor para a solução da questão entre ação e estrutura. Começaremos nossa análise considerando as ponderações de George Ritzer sobre o tema. Giddens teria iniciado seus estudos analisando as teorias que enfatizavam o papel do agente/indivíduo (por exemplo, o interacionismo simbólico) e aquelas que enfatizavam a estrutura/sociedade (como, por exemplo, o funcionalismo estrutural). Tendo, então, rejeitado ambas as correntes polarizadoras. Ele havia percebido que as sociedades adquirem suas propriedades estruturais precisamente porque as práticas dos agentes são recorrentes. Podendo ser repetidas indefinidamente. A teoria da estruturação terá como base as ações recorrentes, ao longo do tempo. Em sua teoria, as dimensões de tempo e espaço terão, portanto, especial relevância. Na visão de Giddens haverá uma dualidade da estrutura. Pois toda ação social envolve estrutura e toda estrutura envolve ação social. Agência e estrutura são indissociáveis nas atividades e práticas humanas. Neste sentido, George Ritzer irá tecer algumas considerações acerca destes elementos:

(1) Práticas sociais não são criadas mentalmente (ou de qualquer outra forma); (2) Elas não são criadas pelas condições sociais estruturais nas quais os atores se encontram; (3) mais importante, como as pessoas estão se expressando como atores humanos, elas estão criando sua consciência e as condições estruturais que tornam essas práticas possíveis. Práticas, consciência e estrutura estão sendo criadas simultaneamente pelo ator (RITZER, 2013, p. 178)¹.

Neste caso, as pessoas expressam a si mesmas como atores sociais, pois se encontram diretamente envolvidas nas práticas em que sua consciência e a estrutura são simultaneamente criadas. Neste caso, as pessoas expressam a si mesmas como atores sociais, pois se encontram diretamente envolvidas nas práticas em que sua consciência e a estrutura são simultaneamente unidos em um continuum indissociável. Conforme afirma o autor: “a estrutura é condição de possibilidade e resultado da ação, fator de constrangimento e de possibilidade da agência (...) as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o médium e o resultado das práticas que elas, recursivamente organizam” (GIDDENS, 2000, p. xii). Aqui nos é descrita uma propriedade da estrutura em relação ao agente. Contudo, o conceito de estrutura empregado pelo autor é o de “regras e recursos” (GIDDENS, 2000, p. 31), entendidos como propriedades estruturantes. As regras e recursos se encontrariam, nas palavras do autor, implicadas “recursivamente na reprodução dos sistemas sociais” (GIDDENS, 2000, p.31).

Neste caso, as pessoas expressam a si mesmas como atores sociais, pois se encontram diretamente envolvidas nas práticas em que sua consciência e a estrutura são simultaneamente criadas. Neste caso, as pessoas expressam a si mesmas como atores sociais, pois se encontram diretamente envolvidas nas práticas em que sua consciência e a estrutura são simultaneamente unidos em um continuum indissociável. Conforme afirma o autor: “a estrutura é condição de possibilidade e resultado da ação, fator de constrangimento e de possibilidade da agência (...) as propriedades estruturais dos sistemas sociais são simultaneamente o médium e o resultado das práticas que elas, recursivamente organizam” (GIDDENS, 2000, p. xii). Aqui nos é descrita uma propriedade da estrutura em relação ao agente. Contudo, o conceito de estrutura empregado pelo autor é o de “regras e recursos” (GIDDENS, 2000, p. 31), entendidos como propriedades estruturantes. As regras e recursos se encontrariam, nas palavras do autor: implicadas “recursivamente na reprodução dos sistemas sociais” (GIDDENS, 2000, p.31). Como podemos perceber nesta definição:

¹ No original em inglês: (1) Social practices are not created mentally (or any other way); (2) They are not created by the structural social conditions in which actors find themselves; (3) most importantly, as people are expressing themselves as human actors, they are creating their consciousness and the structural conditions that make these practices possible. Practices, consciousness and structure are being created simultaneously by the actor. (RITZER, 2013, p.178).

A reflexividade é essencial nos vários sentidos da ação humana, e esta é uma propriedade dos indivíduos. É preciso uma noção de estrutura que difira de noções mais ortodoxas de estrutura. Há também circunstâncias em que grupos fazem coisas, mas é um erro tratar grupos como se fossem análogos a indivíduos, e por isso sempre fui hostil a essa perspectiva (...). Obviamente, reservo um papel importante para as instituições, as quais são certamente diferentes dos movimentos sociais, por exemplo, sendo reflexivamente muito mais abertas (...). Jamais sugeri uma conexão simples entre o indivíduo e o sistema, uma vez que há todo um universo de meios através dos quais, coletivamente, se organizam (...). Movimentos sociais e organizações são duas grandes formas de sistema social em condições sociais modernas (...). Não há atores coletivos, exceto em um sentido elíptico (...). Jamais aceitei a noção parsoniana de atores coletivos para organizações e Estados, por exemplo. (GIDDENS, 1992b, p. 294).

Tanto na obra de Giddens quanto em Habermas, a reflexividade aparece como um importante elemento para a transformação e mudança social. Vejamos a seguir as implicações destes elementos reflexivos e suas relações comparativas entre Habermas e Giddens, bem como na lógica interna de sua obra. No primeiro, a reflexividade pode conduzir a um agir comunicativo, em busca da compreensão mútua e do consenso. Notamos ainda, que ambos os autores se baseiam em conceitos oriundos da sociologia clássica, nos quais podemos divisar a influência de Weber, quando enfatizam a ação social e de Durkheim, ao enfatizarem os constrangimentos das estruturas.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do nosso estudo, podemos perceber muitos pontos de aproximação e comparação possível entre Giddens e Habermas. Pois são pensadores contemporâneos atuais e que inclusive, em alguns momentos, citam-se mutuamente. Um dos pontos de aproximação entre ambos é a crítica à modernidade. Enquanto Habermas enfatiza que na modernidade está em curso a colonização do mundo da vida, na qual o sistema, às vezes, somente pelo simples contato, acaba por impor-se enquanto poder econômico e burocrático, colonizando também o modo de ser dos atores sociais. A *modernidade* para Giddens também é vista com ênfase em seus aspectos negativos, mais do que isso, afirma em convergência a Ulrich Beck, que ela carrega consigo muitos riscos e incertezas. Vimos que Giddens usa a alegoria do *Juggernaut* para se referir aos tempos da modernidade radicalizada: um carro conduzido por vários atores, que embora dê a impressão de seguir um traçado perceptível, a qualquer momento pode dar uma guinada, destruindo aqueles que tentam deter-lhe (GIDDENS, 1992). Vemos na citação que fizemos de Habermas sobre a modernidade (HABERMAS, 2010, p. 343), que a modernidade, que avança e leva tudo por diante, pode ser conduzida de outra maneira, através da reflexividade, termo empregado por ambos os autores. Contudo, devemos destacar uma pequena contradição interna na perspectiva de Giddens. Pois, de um lado, ele aposta nas capacidades dos agentes sociais em intervir e dar rumo aos processos nos quais estão envolvidos.

Noutro sentido, a modernidade é apresentada como uma força errática e avassaladora (*Juggernaut*), que esmaga quem tenta deter seu rumo. De qualquer forma, tanto Giddens quanto Habermas apontam para a reflexividade como uma alternativa para a superação dos aspectos negativos do mundo moderno, sejam eles os riscos, as incertezas, o militarismo, a falta de democracia, a escassez, a crise ambiental ou a colonização do mundo da vida.

Enquanto seres sociais, o ser humano é condicionado pelo sistema social, suas regras e recursos dispõem o quadro da ação, mas, por outro lado, quem é o artífice das regras senão o próprio agente. Daí o horizonte da possibilidade da mudança social, que só ocorre quando os atores envolvidos também mudam a si. Talvez o maior passo rumo a emancipação humana, no sentido do iluminismo kantiano e de toda a tradição, da qual não somente a escola de Frankfurt, mas a tradição do ocidente é herdeira, esteja apropriadamente na percepção de que podemos, enquanto seres sociais, através do uso público da razão, mudar o rumo da história e da sociedade da qual também fizemos parte, mesmo que não tenhamos escolhido as condições para isso. Mas para mudarmos as estruturas do mundo, necessitamos a nós próprios também mudarmos. As teorias de síntese, dentre as quais analisamos aqui, seus conceitos de agir comunicativo e de reflexividade, visam dar conta de uma aproximação teórica entre os constrangimentos estruturais, tais como os fatos sociais e a liberdade e consciência dos atores sociais em suas capacidades de consciência e intervenção. Giddens e Habermas, por vias diversas, conseguem realizar esta aproximação, ao enfatizarem as capacidades comunicativas e de reflexão dos agentes sociais. Em nosso entendimento, a sociologia e o debate dos temas pertinentes ao seu campo científico; junto a esfera pública, possui potencial para o aumento da consciência dos indivíduos acerca da sua vida em sociedade, atentando não apenas para os riscos observados na alta modernidade, como também, instrumentalizando sua razão e o coletivo social, para escolhas esclarecidas.

Desta maneira, a ciência sociológica contribui para o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Thayline Inês Simioni.

REFERÊNCIAS

- APEL, Karl-Otto (2000). As transformações da filosofia. São Paulo: Loyola, 2000.
- ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. Porto: Campo das Letras, 2006.
- _____. O poder simbólico. Lisboa: Edições 70, 2011.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Lisboa: Presença, 2010.
- FUCHS, Stephan. Beyond Agency. In: Sociological Theory. New York: ASA. 2001.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Oeiras: Celta, 1992.
- _____. Dualidade da estrutura. Oeiras: Celta, 2000.
- _____. En defensa de la sociologia. Madrid, Alianza, 2001.
- _____. Entrevista com Anthony Giddens. In: Revista Estudos Históricos. Vol. 8, nº 16. Rio de Janeiro, 1992b.
- _____. La constitution de la Société. Paris, Presses universitaires de France, 1988.
- _____. Modernidade e identidade pessoal. Oeiras, 1994.
- _____. Novas regras do método sociológico. Lisboa: Gradiva, 1996.
- _____. Social theory and modern sociology. Cambridge: Polity press, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. Fundamentação linguística da sociologia. (Obras escolhidas) Lisboa: Edições 70, 2010.
- _____. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 2009.
- _____. Comentários à ética do discurso. Lisboa: Piaget, 1991.
- RITZER, George. Contemporary sociological theory and its classical roots. New York: McGraw-Hill, 2013.
- ROCHER, Guy. Sociologia Geral. Lisboa: Presença, 2012.
- WEBER, Max. Três tipos de poder e outros escritos. Lisboa, tribuna, 2005.